

O que o Prêmio Juíza Viviane do Amaral revela sobre a Justiça que queremos



» JACEGUARA DANTAS
Conselheira do Conselho
Nacional de Justiça e Ouvidora
Nacional da Mulher

está imune e que a proteção precisa ser estrutural, não circunstancial.

Os números confirmam a urgência e exigem lucidez. Em 2025, o Brasil registrou 1.568 feminicídios, o maior número da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, devendo-se destacar que, desse total, 62,6% das vítimas eram mulheres negras. A violência letal tem gênero, cor e território, e ignorá-lo reduz a igualdade material a uma promessa decorativa. Proteger mulheres exige enxergar as dinâmicas interseccionais que acarretam múltiplas vulnerabilidades.

Foi para transformar luto em ação pública que se instituiu o Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral, o qual tem por finalidade de não apenas reverenciar a memória da magistrada, mas reconhecer iniciativas, projetos e boas práticas voltadas à melhoria da prestação jurisdicional na área da violência doméstica e familiar contra a mulher, disseminando experiências que podem ecoar em todo Sistema de Justiça.

Por isso, este é um convite e uma convocação. Podem concorrer iniciativas em seis categorias — tribunais, magistrados, atores do Sistema de Justiça Criminal, organizações não governamentais, mídia e produção acadêmica —, avaliadas por critérios de qualidade, relevância, alcance social, replicabilidade, resultado, e criatividade e inovação, com inscrições até 20 de junho de 2026 e divulgação do resultado final prevista para 24 de agosto. A edição de 2026 traz um avanço que merece ser celebrado: a incorporação expressa da perspectiva interseccional de gênero, raça, etnia, território e condição social, com especial atenção às mulheres negras, indígenas e a outros grupos historicamente sujeitos a discriminações múltiplas e barreiras de acesso à Justiça. Como nos ensina Sueli Carneiro, é preciso enegrecer o

feminismo para compreender que a violência não atinge todas as mulheres da mesma maneira — e o Judiciário que se pretende sensível precisa enxergar essas assimetrias para enfrentá-las.

Esse desenho dialoga com os compromissos internacionais do Brasil, ancorando-se na Convenção de Belém do Pará e nas recomendações da CEDAW, que impõem ao Estado o dever de prevenir, punir e erradicar a violência. É bem verdade que um prêmio, isoladamente, não erradica a violência — o enfrentamento exige investimentos massivos em educação, fortalecimento da rede de proteção, incentivo e consolidação de políticas para mulheres em todas as esferas, em especial nos municípios onde o primeiro acolhimento ocorre e se faz urgente. Sua prevenção também implica em aperfeiçoamento das equipes multidisciplinares, varas especializadas e articulação responsável entre o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e toda rede, para disseminar e replicar o que já funciona, inclusive em territórios indígenas, rurais, periféricos e ribeirinhos.

Dessa forma, o Prêmio CNJ Viviane do Amaral carrega em sua essência a compreensão de que não se trata de ponto de chegada, mas vetor permanente de aperfeiçoamento da proteção às mulheres. A cada iniciativa reconhecida, ampliamos a capilaridade da resposta institucional e honramos a promessa constitucional de igualdade. A memória da Juíza Viviane do Amaral nos convoca a esse horizonte: uma Justiça que não apenas julga a violência, mas, por meio de lentes de gênero e raça, busca sua prevenção, acolhimento e transformação da dor de uma ausência na construção coletiva de proteção. Esse é o horizonte que deve ser perseguido — um Judiciário que escuta para proteger e protege para transformar. Reverenciar, aqui, é também transformar.

Sonho do torcedor é que a Seleção volte a ser brasileira



» JOSÉ NATAL
Jornalista

A Seleção Brasileira, que, em 21 de junho de 1970, goleou a Itália por 4 gols a 1, no Estádio Azteca, na cidade do México, e conquistou o tricampeonato mundial para o Brasil, tinha em seu elenco todos os jogadores atuando em clubes brasileiros. O Santos Futebol Clube era o nosso cartão de visitas, e Pelé, a nossa estrela maior, orgulho nacional. Os gols de Pelé, Gérson, Jairzinho e Carlos Alberto deram a vitória ao Brasil, enlouqueceram a torcida brasileira e cravaram no coração dos mexicanos e de torcedores do mundo inteiro a imagem do mais lindo futebol do globo, sem medo de ser feliz.

Lá se vão 56 anos, meio século e alguns detalhes e ensinamentos de como se pratica esse esporte que arrebatava corações e mexe com a vida das pessoas. Naqueles tempos, ainda sem o domínio da internet e curiosos sobre os avanços das garras do celular, nossa emoção era explicada nos abraços, aplausos e manifestos regados a chope e videotapes do dia seguinte.

Nossa Seleção, genuinamente brasileira, tinha o Santos como maior fornecedor de craques, cinco ao todo. Em seguida, Botafogo e Cruzeiro, com três cada um. Corinthians, Fluminense e Palmeiras, com dois, e ainda Flamengo, Grêmio, Portuguesa e São Paulo ajudando a Seleção.

Aqui no Brasil, de ouvido grudado no rádio e de olho na TV, o torcedor sabia de cor quem era quem na equipe, torcia por ele lembrando do clube. A corrente se formava e a emoção invadia corações e mentes, como tinha que ser.

Nas emissoras de rádio, nos alto-falantes das praças, ruas e becos, a música-hino de Miguel Gustavo, “Pra Frente Brasil”, praticamente determinava um carinhoso incentivo com o “Salve a Seleção”, virando um grito de apoio na busca da taça, que nos mirava com um olhar sedutor.

Ela veio e, com ela, uma delirante euforia, inundando nossas praças de verde e amarelo, arquivando por alguns dias páginas infelizes da nossa história política, num ufanismo sem fim.

É daquela Seleção, e daquele naipe de jogadores, que bate uma saudade danada, uma ansiedade incontida e uma desagradável sensação de esperança perdida. Muitos com o pavor de perder, todos sem ter a quem recorrer.

Seria ingenuidade, ou imaturidade, negar o poderio econômico dos clubes da Europa e do Oriente, que, ano após ano, avançam sobre nossas revelações e fazem delas astros de primeira grandeza. Nesse particular, um estranho e cruel paradoxo: de um lado consagra, e de outro machuca.

Soa como dolorosa ironia que o país tantas vezes campeão do mundo se veja incapaz de segurar suas joias valiosas e delas abra mão unicamente porque o poderio do dinheiro fala mais alto.

Quando o dinheiro, literalmente, tem voz ativa como mecanismo de troca, tudo se altera, ganha quem paga mais. Nossos clubes têm estampas, mas são endividados, pendurados na Receita, e outros tantos à mercê da boa vontade de empresários que sabem de futebol ou que assistem na TV. Sobre campo e vestiário, nunca ouviram falar.

Pode ser que sim, pode ser que não, mas, talvez, esteja no afastamento desses craques dos nossos campos que essa palpável descrença na nossa equipe tanto nos incomoda; persiste a desesperança. A distância afeta afagos e afetos. Afasta de muitos um elo que em algum momento existiria.

No campo de jogo, teremos 11 defensores, vários deles ainda sequer conhecidos por aqui, figurinhas difíceis de se achar para o álbum da coleção. O estrago que essa ausência nos causou privou-os de uma afeição, quem sabe, mais merecida. Mas a distância, é verdade, transforma um mal menor em grande ferida.

Cinco vezes campeão do mundo, outrora temida e de pronto sempre favorita absoluta por onde quer que passasse, a Seleção de hoje, sem carisma e carente de uma liderança marcante, estreia na Copa sem a chance de favorita, quando muito de se manter como respeitável coadjuvante.

Não se trata de pessimismo, mas, sim, de uma realidade que nos incomoda. Há um senso comum, entre especialistas e admiradores, de que a nossa verdadeira Seleção já faz tempo está no exterior.

Nossa vontade é de que ela volte a ser brasileira. Nunca se torceu tanto neste país para que o futebol confirme, de fato, ser uma caixinha de surpresas. Que elas aconteçam nesta Copa. Serão bem-vindas. Que venham em forma de gols, a nosso favor.



Tecnologia e trabalho em pauta na OIT



» IVO DALL'ACQUA JR.
Presidente em exercício da
Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo do Estado de
São Paulo (FecomercioSP)

pelas políticas, pelas instituições e pelo diálogo social que o orientam.

Um dos aspectos implícitos na discussão é a chamada subordinação algorítmica. É quando sistemas baseados em IA distribuem tarefas, monitoram desempenho e influenciam decisões de trabalho. Nas plataformas digitais, esse fenômeno é ainda mais evidente. Como observa o sociólogo José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP, os algoritmos exercem funções tradicionalmente associadas à gestão: acompanhando jornadas, avaliando resultados, atribuindo métricas de performance e orientando decisões operacionais.

Embora essa realidade faça parte do cotidiano, ainda não há tratamento claro no ordenamento jurídico brasileiro. A consequência é um cenário de insegurança jurídica, marcado por interpretações divergentes e decisões contraditórias. As plataformas digitais operam com base em flexibilidade, autonomia e liberdade de organização do tempo de trabalho. Ignorar essa característica é tão inadequado quanto desconsiderar a necessidade de proteção social. A questão é encontrar um equilíbrio que proteja o trabalhador sem impor, automaticamente, a rigidez do modelo tradicional previsto na CLT.

Na OIT, esse tema foi discutido em uma agenda estruturada em quatro pilares: direitos, emprego e competências, proteção social e diálogo social. A abordagem reconhece a necessidade de colocar as pessoas no centro das decisões sem sufocar a inovação. Os debates em Genebra mostraram que não há consenso internacional sobre regulamentação

imediate do trabalho mediado por aplicativos.

Na conferência do ano passado, países como os Estados Unidos, China e Índia defenderam cautela, argumentando que ainda não se conhecem plenamente os reflexos desses modelos nem o número exato de pessoas que deles dependem. Só na Índia, cerca de 50 milhões de trabalhadores obtêm renda por meio dessas atividades, por exemplo.

Outro ponto relevante diz respeito à proteção social: milhões de brasileiros(as) complementam renda ou dependem do trabalho em plataformas. É por isso que o debate não deve ser reduzido à escolha entre vínculo empregatício e ausência de proteção. Há espaço para construirmos mecanismos de proteção social compatíveis com novas formas de ocupação, sem descaracterizar a autonomia.

Como tem defendido Pastore, não é necessário enquadrar automaticamente todas as formas de trabalho autônomo em vínculos empregatícios para ampliar a proteção dos trabalhadores. A inovação institucional, especialmente no campo dos seguros sociais e da previdência, pode ser tão importante quanto a inovação tecnológica.

Nesse contexto, a negociação coletiva, o diálogo social e uma governança da IA baseada em responsabilização e supervisão humana tendem a ganhar mais relevância. Mas esses princípios devem caminhar ao lado da segurança jurídica e da competitividade, elementos fundamentais para a geração de investimentos e empregos. Afinal de contas, quando falamos de trabalho, estamos falando do futuro das empresas, dos trabalhadores e da economia. E isso exige prudência, equilíbrio e compromisso.

Poucas vezes a tecnologia avançou com tanta velocidade sobre o cotidiano do setor produtivo. Não são mudanças incrementais, mas transformação estrutural na forma como produzimos e organizamos a economia. Como toda grande transformação, exige-se responsabilidade.

O trabalho mediado por plataformas digitais foi um dos temas centrais da 114ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, na Suíça, onde ainda estou e de onde faço essas reflexões.

A inteligência artificial (IA) está no centro do processo. Ao automatizar tarefas, analisar dados e acelerar decisões, ela entrega às empresas um ativo essencial: a produtividade. A tecnologia permite negócios mais preparados para responder a mercados cada vez mais dinâmicos. Ao abordar esses impactos, o diretor-geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, fez um alerta oportuno na abertura do encontro.

“As escolhas que fizermos hoje determinarão se a IA ampliará as oportunidades e prosperidade compartilhada ou se aprofundará desigualdades e insegurança.” Ele acredita que o futuro do trabalho não será determinado só pela tecnologia, mas